

# Interlocuções e parcerias

respostas locais às demandas  
decorrentes da epidemia da aids

---

relatório do workshop – jan 99

Apoio: Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde  
Programa de Cooperação Bilateral Brasil-França

## Interlocuções e parcerias

respostas locais às demandas  
decorrentes da epidemia da aids

---

relatório do workshop – jan 99

Coordenação: Cristina Câmara

### Participação

- . Monica Barbosa - Grupo Pela Vidda/Niterói
- . Cláudio Nascimento - Grupo Arco-Iris
- . Carmen Lent - IDAC/Banco de Horas
- . Regina Ferro - Projeto Praça Onze
- . Marcelle Chehab Maleson - Escritório Modelo da Cândido Mendes - Centro
- . Regina Guedes - Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro
- . Denise Pires - Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro
- . Cleise Lúcia Santos Ribeiro Cosinha - Global Transporte Oceânico
- . Carolina Bocchi Maia - Programa de prevenção à aids da Telepar (Paraná)
- . Miriam Ventura - advogada
- . Valéria Porto - Target/assessoria de comunicação

### Do Grupo Pela Vidda/RJ

- . Ronaldo Mussauer
- . Ezio Távora
- . Alexandre do Valle
- . Paulo César Pitella
- . Hibernon Guerreiro
- . Ricardo Ramos
- . Otávio Valente Jr.
- . Maurício Guimarães
- . Ana Bontempo
- . Vinícius Darriba
- . Cristiane Silva
- . Angela Esher
- . Luciana Simas

## Apresentação

No dia 25 de janeiro, o Grupo Pela Vidda/RJ reuniu parceiros com os quais desenvolve atualmente projetos, atividades e/ou eventos. A proposta que orientou o workshop « Interlocações e parcerias: respostas locais às demandas decorrentes da epidemia da aids » era a de fortalecer os laços estabelecidos no âmbito local. As interlocações e as parcerias demonstram que a assistência social, no sentido amplo do termo, pressupõe o lugar ocupado num sistema de interdependências. Eis o fio condutor do processo. Partimos da necessidade de fortalecer laços sociais em prol de um investimento comum, assumido diferenciadamente por cada instituição. Três enfoques foram centrais durante os debates: os direitos das pessoas vivendo com HIV ou aids, a inserção no local de trabalho e as diversas modalidades da assistência a estas pessoas.

« Parceria é construída mesmo. Não adianta dizer assim: vamos estabelecer a partir desse acordo uma parceria e está fechada a parceria. Não. Aquilo é um acordo de intenções, mas é no dia a dia que você vai conhecer o seu parceiro e saber se é possível caminhar mais estrategicamente para ações futuras ». (Cláudio Nascimento)

## Organização do workshop

O workshop, além de reafirmar as parcerias do Grupo Pela Vidda/RJ, propiciou a apresentação e a avaliação de suas ações e projetos em conjunto com algumas das instituições com as quais interage. Foi proposto às quinze instituições convidadas, um roteiro de questões previamente elaborado pela coordenação do evento. A idéia era suscitar o debate entre os diversos atores sociais que atuam na luta contra a aids, a partir do tripé direitos-trabalho-assistência. A participação dos membros do grupo que fazem o contraponto com essas instituições, foi orientada no sentido de estimular as parcerias existentes e de refletir sobre o trabalho desenvolvido. O intuito era o de aprender a aprender e aprender a desaprender para criarmos novas bases.

« Acho que a gente tem poucas pesquisas. A gente tem, no nosso caso, uma ótima parceria, mas o controle social sobre isso é muito pequeno. As ONGs têm que tomar um pouco mais pé do que acontece no ambiente de pesquisa. » (Regina Ferro)

## **Proposta prévia do roteiro elaborado para orientar a exposição dos participantes**

### 1 – Relação com o Grupo Pela Vidda/RJ

- Quando e como começou o trabalho com aids?
- Como foi feito o contato com o Grupo Pela Vidda/RJ? Quais eram as expectativas e se foram respondidas?

- O que poderia ser melhorado nesta relação?
- Qual a importância do trabalho com o Grupo Pela Vidda/RJ? Que méritos destacaria? Quais críticas faria? Consegue propor alternativas?

« A parceria é a nossa chance de ampliar as possibilidades de ação e de conseguir resultados mais eficazes ». (Alexandre do Valle)

## 2 – Na sua instituição

- Que atividades ligadas à aids são desenvolvidas hoje na sua instituição?
- Qual o perfil da população com a qual trabalha?
- Que tipo de preconceitos, discriminações, restrições legais dificultam seu trabalho?
- O que tem feito para promover mudanças?
- Quem está envolvido na formulação e implementação de programas e projetos que sua instituição produz? Em que medida incorporam a aids?
- Em que medida existe um compromisso para que se assuma assuntos relativos à aids na sua instituição?
- Em que medida a aids está integrada à treinamentos, no que se refere à políticas, programas e projetos internos e externos?
- Existe uma disposição para alocar recursos para a integração da aids às atividades externas?

« A empresa não faz teste admissional e nunca demitiu ninguém. A gente conhece trinta pessoas que são soropositivas, algumas desenvolvendo sintomas de doenças e a gente está aprendendo com a prática também. » (Carolina Bocchi).

## 3 – Atenção às pessoas vivendo com HIV ou aids

- Como são incluídas as pessoas vivendo com HIV ou aids por sua instituição?
- Que tipo de necessidades elas apresentam? Como sua instituição responde?
- Até que ponto seus recursos materiais e humanos são suficientes para atender a demanda das pessoas vivendo com HIV ou aids?
- Qual o tipo de encaminhamento feito por sua instituição quando não pode atender a esta demanda?
- O que poderia ser melhorado? O que é da responsabilidade do Grupo Pela Vidda/RJ, do Serviço Público e do Setor Privado?

« O fato do projeto [Rio Buddy] colher frutos e estar crescendo, tem uma visibilidade muito maior do que a gente pode dimensionar». (Ezio Távora)

## Elaboração do relatório

A publicação do relatório do workshop visa incentivar o diálogo das ONGs/Aids com atores sociais que atuam no âmbito local, além de democratizar as informações.

O relatório apresenta as discussões suscitadas sobre os diversos tipos de parceria, procurando estimulá-las. Em seguida, apresenta-se um caso discutido a partir de um júri simulado, que gerou bastante polêmica. Ao longo do texto, são oferecidas sugestões que como tais podem ser acolhidas, revistas ou mesmo avaliadas como dispensáveis num dado contexto. O roteiro prévio enviado aos participantes e a simulação do júri são oferecidos aos leitores.

A elaboração do relatório está baseada no projeto inicial do workshop e nas discussões que surgiram durante o mesmo, gravadas com este intuito. O texto básico é uma descrição do evento, paralelamente são apresentados trechos das falas de alguns participantes. Agradecemos à todos por terem enriquecido a qualidade do debate e pela confiança que testemunharam na ocasião ao Grupo Pela Vidda/RJ.

« Na época, já era uma perspectiva mundial o enfrentamento de uma questão tão complexa ter a participação não só de autoridades de governo, mas o envolvimento da sociedade. Isso é inédito no enfrentamento de uma doença ». (Regina Guedes)

## Sobre interlocuções e parcerias

Os grupos sociais a partir das interlocuções que criam, tornam-se fomentadores de inovações que não se limitam às alternativas que apresentam para a população com a qual trabalham. Podem contribuir para gerar ações e políticas mais amplas, beneficiando um número maior de pessoas que necessitam de algum tipo de amparo com relação à sua experiência com a aids.

« Quando se estabelece uma parceria é fundamental ter um objetivo claro que seja considerado pelas duas instituições. Segundo, que estejam estabelecidos critérios bem claros de como vai ser a coordenação, de como vai ser o funcionamento do projeto e acho que isso a gente conseguiu fazer. É um ganho muito grande. A parceria com o Pela Vidda prá gente tem sido um aprendizado. Hoje, a gente poderia dizer que sabe fazer uma parceria grande com outra instituição, por conta do que a gente conseguiu estabelecer com o Pela Vidda ». (Cláudio Nascimento)

À revelia das novas possibilidades terapêuticas, a epidemia da aids continua crescendo. A disseminação do HIV, por atingir a todos de todas as idades, pulverizou a idéia de risco. Paradoxalmente, tudo parece mais tranquilo. Se não se trata mais da doença dos artistas ou dos homossexuais famosos, a repercussão na mídia torna-se ínfima. A aids não dá

mais ibope. A aids é doença de pobre. Se para alguns ela se ‘cronificou’, mesmo que ainda não se dimensione as repercussões disso, para outros aparece como indissociável de todas as mazelas que têm que vivenciar, devido às desigualdades sociais às quais estão sujeitos e à ausência de oportunidades que lhes possibilite vislumbrar novos horizontes.

« Temos uma política que está sufocada pela questão financeira, ou seja, não vamos ter dinheiro prá continuar com a assistência de medicamentos, isto é óbvio. As questões de aids continuam centradas nas questões de saúde e as demais questões de direitos humanos, de desenvolvimento ficam para trás. Eu acredito que o primeiro passo são as ONGs reivindicarem parcerias fora o Ministério da Saúde, até para dar visibilidade às ações de prevenção, que não são só de prevenções à nível de saúde, mas de prevenções outras. Por que tudo de aids se manda para o Ministério da Saúde? O Ministério do Trabalho não faz nada se o Ministério da Saúde não falar, o de Educação também ». (Miriam Ventura)

Urge o investimento e o incentivo às ações e às pesquisas que lidem profunda e seriamente com as diferenças de gênero, com a violência, com o acesso e a qualidade dos serviços públicos de saúde, com a equidade e a justiça social. O workshop procurou também nos fazer pensar sobre como atuamos e sobre a necessidade de criarmos alternativas em conjunto. Como estimular os diversos setores da sociedade a institucionalizarem a problemática da aids? A assumirem que as exigências atuais põem em cheque nossos valores éticos, que a epidemia não acabou, que as alternativas não são viáveis para todos e que o aumento do número de pessoas soropositivas e com aids acirra as tensões nas diversas situações que vivenciam? Que contribuição cada setor – comunitário, governamental, empresarial, universitário - pode oferecer à luta contra a aids nos moldes atuais?

O momento é de investimento nas relações que apontem para novas possibilidades, para a revitalização de laços de confiança entre os indivíduos e os grupos e para perspectivas de mudanças. Faz-se necessário apostar em novos investimentos, perseguir lucros que não sejam somente financeiros e reavaliar o tempo e o local de trabalho.

« Sempre que houver alguma diferença de condução do trabalho do projeto, primeiro é resolvido na coordenação, depois disso, se não for resolvido, a gente tenta chamar o restante da equipe prá poder superar. Se não é resolvido, chama-se as diretorias das duas instituições. A gente estabeleceu critérios justamente prá ficar transparente, prá ficar claro e ficar idôneo. Não há desconfiança no que é conduzido, porque a gente estabeleceu critérios claros nessa parceria. Isso acaba te dando mais conforto prá você trabalhar e conseguir encaminhar certas questões, porque tem um patamar, tem uma base que você sabe como contar ». (Cláudio Nascimento)

## Entre ONGs

As ONGs/Aids enfrentam dois desafios: o de continuar mobilizando a sociedade para o enfrentamento da epidemia da aids e o de mostrar resultados das ações que realizam. Perpassam diversos canais que podem ser produzidos também entre ONGs, neste caso os mesmos princípios exigidos nas relações com outros parceiros (transparência, ética, informações, autonomia etc.) devem existir.

« Nossa parceria é tão intensa que em determinados momentos fica parecendo que é um grupo só e não é. É lógico que existem coisas que são complicadas. Sem dúvida, em matéria de visibilidade o Pela Vidda/Rio dá uma empanada nas iniciativas de outras ONGs e, principalmente, de uma ONG que tem o mesmo nome do outro lado da ponte. Em compensação, Niterói é uma comunidade específica e uma grande parceira é a comunidade niteroiense, que acolhe e é bastante ‘padrinho’ do Pela Vidda/Niterói ». (Monica Barbosa)

Entre ONGs, participaram do workshop: O Grupo Pela Vidda/Niterói, o Banco de Horas e o Arco-Iris. Com o Grupo Pela Vidda/Niterói, além do perfil político comum, o Grupo Pela Vidda/RJ organiza o Encontro Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e Aids, o Vivendo. Apesar de todas as proximidades, as inserções dos dois grupos em cidades diferentes refletem diretamente nas ações e nas parcerias que realizam com o setor público, com a comunidade e com a iniciativa privada. Quando a discussão política é mais ampla, não por acaso os dois grupos são vistos, e até se apresentam, como um só.

« É muito complicado você ter duas instituições administrando financeiramente. Esse é um grande ganho que a gente teve no Vivendo, é uma coisa que a gente viu que é possível. A gente levanta uma grana considerável, de muitos parceiros diferentes e é uma administração conjunta ». (Monica Barbosa)

O Banco de Horas reúne mais de 200 terapeutas de diversas linhas, que doam uma hora do seu consultório para atender à pessoas vivendo com HIV ou aids. A primeira inspiração do Banco de Horas foi a Reunião de Recepção e Aconselhamento do Grupo Pela Vidda/RJ, onde se procura acolher quem chega pela primeira vez ao grupo. Apesar de, em geral, ser coordenada por um psicólogo, não se pretende desenvolver um trabalho terapêutico. Nesse sentido, o Banco de Horas ocupa um lugar fundamental, por alertar para a importância dos fatores emocionais no enfrentamento da epidemia da aids. Não por acaso, o Grupo Pela Vidda/RJ é o principal cliente do Banco de Horas, através de seus membros ou das pessoas que encaminha.

« Há uma responsabilidade de lado a lado. Acho que cabe a nós Banco, cutucar a vocês sobre « gente, a história dos fatores emocionais é importante prá tudo. É importante prá vocês lidarem com os médicos, com os advogados, com os familiares ». Em parte é responsabilidade nossa e em parte é responsabilidade também de vocês lembrarem, porque vocês já estão sabendo». (Carmen Lent)

« Como membro da Comissão Nacional, conseguimos levantar isso à nível de Ministério prá que se criasse uma Unidade de Saúde Mental. Hoje em dia ela existe, mas um pouco mais vazia de função do que seria desejável ». (Carmen Lent)

O Arco-Iris - Grupo de conscientização homossexual – e o Grupo Pela Vidda/RJ, pela primeira vez, empreendem um projeto comum: «Rio Buddy – projeto de acompanhamento domiciliar à pessoas com aids», o primeiro do gênero no Rio de Janeiro. Lidar com a parceria cotidiana, atendendo ao desenvolvimento do projeto e aos interesses dos dois grupos, tem sido um aprendizado bastante produtivo para ambos.

« O Arco-Iris é uma instituição menor, tem um orçamento menor, tem uma estrutura menor. Isso de alguma forma pode prejudicar essa relação e acho que também é um elemento prá se considerar numa parceria. Como buscar um equilíbrio? Eu não sei. Como também encaminhar questões com voluntários. Não me sinto bem de chegar prá um voluntário do Pela Vidda e pedir prá fazer uma coisa para o projeto Rio Buddy. Não me sinto bem de recrutar um voluntário de outra instituição prá executar uma tarefa do projeto, sabendo que o projeto faz parte das duas instituições. Isso são dificuldades que no dia a dia a gente vai administrando ». (Cláudio Nascimento)

## Interloquções com o setor governamental

« As políticas públicas são o resultado de uma relação que é tensa. São vários interesses em jogo. Parece que a Secretaria é uma coisa neutra, que está acima de interesses. Não é essa a leitura que a gente tem e não é assim que a gente tenta se posicionar nesse processo ». (Denise Pires)

O principal interlocutor das ONGs/Aids tem sido o setor governamental. A abertura ao diálogo é mais ou menos facilitada pelos seus dirigentes e depende da visão de conjunto que possuem, porque é aí que os parceiros podem se movimentar e definir seus lugares.

Historicamente, a importância das ONGs/Aids, por um lado, se refere à criação e à manutenção de serviços para a população, que não são oferecidos pelos governos ou que são insuficientes para atender à crescente demanda das pessoas soropositivas ou com aids. Por outro lado, os resultados da pressão política revertem em benefícios para os profissionais e os serviços, ou ainda contribuem para levar adiante reivindicações desses profissionais. Basta lembrarmos da repercussão do escândalo do sangue que gerou, em 1987, a resolução que trata da qualidade do sangue. Uma reivindicação antiga dos sanitaristas, mas que se afirma de

forma propositiva com o movimento na luta contra a aids. Vale destacar os papéis desempenhados na época pela Abia, pelo Gapa/SP e pela Associação Brasileira dos Hemofílicos.

« Em 1984, através da Divisão de Dermatologia Sanitária, foram incorporados dois técnicos para lidar diretamente com as Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e a Aids, que já faziam parte das responsabilidades dessa Divisão. Mas, a gente sabe que até o surgimento do HIV nas últimas décadas, apesar de ter havido um crescimento enorme das DST, não havia nenhuma ação sistemática para a prevenção e o controle dessas doenças. Em 1986, devido à gravidade que o crescimento da epidemia de aids foi tomando, foi criada uma Divisão específica para lidar com as DST e a Aids. Sempre foi uma característica do Programa, a atuação em parceria ». (Regina Guedes)

Observando nossas próprias ações, é possível desenhar os limites das parcerias como muito mais largos e mais difusos que os contratos e convênios de projetos. Do ponto de vista do Grupo Pela Vidda/RJ, além da execução de projetos que são financiados pelo setor governamental, especialmente pelo Ministério da Saúde, e que abrem um leque de questões formais e burocráticas referentes ao andamento dos mesmos, há a necessidade de resguardar o lugar que ocupa tanto como organização quanto como um grupo de pressão que está comprometido, antes de mais nada, com a defesa dos direitos das pessoas vivendo com HIV ou aids. Nesse sentido, as relações estabelecidas a partir do financiamento dos projetos não se reduzem à execução dos mesmos, mas fortalecem o intercâmbio constante que modifica simultaneamente os atores – ONGs e governos – e as relações entre eles.

« A Coordenação Nacional é uma das poucas, se não a única do Ministério, que trabalha com ONGs. Então, o que acontece? Acaba-se demandando ao Ministério iniciativas em outras áreas que não lhe cabem. Ele começa a fazer até algumas, como tem a Rede de Direitos Humanos, mas que escapam aos limites do Ministério da Saúde, que são realmente de outra alçada». (Carmen Lent)

« A gente tem uma tradição de executar ações e não pára para olhar o que está fazendo e o impacto disso. É um desafio e essa parceria com ONGs é muito importante nesse processo, mas sinto que a gente precisa avançar muito. O espaço da Comissão Estadual de Aids precisa estar sendo fortalecido enquanto instância com capacidade de formulação, de avaliação e de análise ». (Denise Pires)

O acompanhamento direto dos serviços que por vezes é visto como meramente caritativo, ou substituto das ações do Estado, vem, ao contrário, demonstrando a possibilidade de gerar mudanças internas ao sistema, atendendo aos interesses das pessoas vivendo com HIV ou aids. No caso do Rio de Janeiro, talvez o melhor exemplo seja a parceria entre o Grupo Pela Vidda/Niterói e o Centro Previdenciário de Niterói.

« Muitas ONGs tiveram um trabalho, e continuam tendo, diretamente nos serviços de saúde. Isso muda a visão do profissional de saúde com relação ao atendimento, à relação com o seu paciente - que ainda não é uma questão resolvida, mas que a gente pode considerar que caminhou bastante em função disso, dessa possibilidade de interlocução, da presença dessas ONGs nos serviços ». (Regina Guedes)

As participações das representantes da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro foram bastante frutíferas, tanto pela interlocução quanto pelo trabalho de memória desenvolvido em conjunto. A Secretaria Municipal de Saúde, infelizmente não pôde estar presente.

« Na época que a gente invadiu a Secretaria, o secretário Astor de Melo não sabia nem que existia uma Comissão Estadual de Aids, da qual ele era presidente. Estava faltando DDI há oito meses, então a gente precisou invadir. Tem uns momentos em que essa parceria não se rompe, mas ela é atravessada porque são momentos críticos. As ONGs acabam sendo de vanguarda mesmo, porque a gente está atenta, está vivendo com o problema, sofre na nossa pele, então a gente tem que tomar atitudes mais rápidas e a máquina governamental sempre foi mais lenta ». (Ronaldo Mussauer)

## Produção de conhecimento nas universidades e com as universidades

« Se não fossem as parcerias com a sociedade civil organizada, no caso desse tema as ONGs se ocupam mais disso. ONGs ligadas à causa homossexual e ONGs/Aids. Se não fossem essas parcerias, nós não teríamos êxito ». (Regina Ferro)

As universidades brasileiras acolhem um grande contingente de pessoal nem sempre valorizado e utilizado, no sentido do recurso especializado que orienta a formação universitária. Em se tratando da prática social, em parte isto talvez ocorra pela dicotomia que informa a nossa maneira de pensar e de valorizar o conhecimento acadêmico. Entretanto, diversos grupos sociais produzem conhecimentos a partir de sua experiência, da trajetória política do grupo e da temática com a qual trabalham, que podem ser complementares e estimulantes à reflexão se se consegue vislumbrar um caminho comum. Há inúmeras iniciativas que já nos permitem afirmar que as relações de parceria com a universidade podem se dar em pé de igualdade, mantidas as diferenças. É preciso valorizar o trabalho social, para mantê-lo e formá-lo, tendo o recurso especializado como aliado.

Os recursos especializados – ciências sociais, direito, arquitetura, estatística, comunicação visual e social, arquivologia, medicina, psicologia, serviço social etc. - além de úteis para as ONGs/Aids, propiciam o comprometimento das universidades com as questões sociais e fazem com que os estudantes universitários experienciem um pouco da prática que pretendem assumir como profissionais. Evidentemente, cada organização deve avaliar suas

necessidades e as possibilidades de relações e intercâmbios com os estudantes e os pesquisadores.

Em se tratando da pesquisa, ela pode ser realizada na ONG (a avaliação interna sobre um serviço), para a ONG (o índice de preconceitos contra as pessoas vivendo com HIV ou aids) ou ainda, com a ONG (novos protocolos de medicamentos). No primeiro caso, atende aos interesses de manutenção ou de mudanças na estrutura da organização. Apesar dos dados e dos informantes estarem na ONG é interessante que a investigação seja orientada, totalmente ou em parte, por alguém que possua um olhar externo. Isto contribui na avaliação e no planejamento do trabalho daquele grupo. O que ainda realizamos muito pouco.

No segundo caso, trata-se de apreender seu campo de atuação. A pesquisa é desenvolvida para a ONG conhecer melhor seu público, sua história, suas prioridades em matéria de intervenção. Pode ser uma enquete, uma investigação sobre a formação de uma mentalidade, ou ainda, que procure responder: Como uma ONG que se detém numa outra temática lidou com uma situação semelhante? Há possibilidades de trilharmos o mesmo caminho ou a problemática da aids nos exige outro?

« O Praça Onze é um estudo de soroincidência do HIV. Num determinado período de tempo, a gente procura ver que pessoas e quantas pessoas soroconvertem para o HIV. A gente faz coisas que parecem paradoxais. Trabalha a prevenção, mas tem a expectativa, baseada em estimativas reais, que algumas pessoas podem se tornar positivas e isso de fato aconteceu no Praça Onze, malgrado os nossos esforços. A parceria com o Pela Vidda começou bem cedo. Na época, nosso interlocutor mais frequente era o Raldo, que era presidente do Pela Vidda/Niterói e que ficou conosco por algum tempo, até ir prá Brasília, como consultor para assuntos de relação com a comunidade. Essa relação é uma parceria formal, mas ela vem sendo muito mais do que isso ». (Regina Ferro)

Durante o workshop tínhamos dois tipos de parceria com as universidades. Uma delas, a pesquisa de soroincidência do Projeto Praça Onze, da qual o Grupo Pela Vidda/Niterói vem participando ativamente. A parceria nesse caso é bastante ampla, enriquecida pelos anos de trabalho conjunto que pressupõem um acordo político, mas também são caracterizados pela solidariedade entre os parceiros e os laços de confiança estabelecidos entre as pessoas que vivenciam o dia a dia do projeto. As intempéries de um projeto como o Praça Onze supõem, além do enfrentamento da questão, a cumplicidade entre os parceiros, seja para realizar avaliações sobre as atividades de prevenção desenvolvidas, para discutir como divulgar resultados do projeto na mídia ou na pressão conjunta para a liberação de materiais que viabilizem o trabalho, especialmente os preservativos.

« Acho que a gente vem acumulando acertos na parceria com o Pela Vidda. O primeiro, foi que ela começou muito no início, enquanto o Praça Onze estava sendo pensado. A outra coisa é que tem características de parte a parte. No mundo acadêmico, há uma enorme dificuldade no relacionamento com o movimento social. O movimento social é visto como aquele que vai sempre empatar o trabalho do pesquisador, mas acontece que conseguimos reunir dois grupos: uma ONG, que não é uma ONG que não quer ouvir e já não concorda, o Pela Vidda não é assim, nenhum deles; e um grupo acadêmico, de pesquisadores, talvez mais flexível ». (Regina Ferro)

A outra parceria com a universidade, a Faculdade Cândido Mendes, ainda não gerou exatamente uma pesquisa, mas buscas circunstanciais em conjunto que vêm contribuindo para a formação universitária na área do direito. A partir de iniciativas diferentes e com interesses diversos, as duas iniciativas têm sido bastante produtivas.

« A gente está amplamente disposta a firmar um compromisso. Vai abrir agora a discussão prá ver o que está faltando prá formalizar isso ». (Marcelle Chehab Maleson)

A assessoria jurídica do Grupo Pela Vidda/RJ, além da própria dinâmica, que exige viagens, participações em eventos, enfim, compromissos do grupo que vão além do trabalho jurídico *stricto sensu*, sempre esteve sobrecarregada. A parceria com a Faculdade Cândido Mendes, além de distribuir esta sobrecarga, contribui para levar à universidade o conhecimento adquirido no cotidiano do grupo e permite que as ações políticas neste âmbito sejam retomadas.

« Essa parceria com a Cândido Mendes é uma busca, há uns quatro anos. Os contatos foram feitos também com outras universidades e o Fucam, por toda sua estrutura e pela disponibilidade, foi a parceria que a gente conseguiu fechar. Um grande avanço é poder levar a discussão da aids para a universidade. E, como são estagiários da área de direito, são futuros operadores do direito, como a gente chama, futuros promotores, juízes etc., essa disponibilidade que o Escritório Modelo abriu, enquanto um espaço de discussão e de formação de futuros profissionais, é muito interessante ». (Luciana Simas)

## Responsabilidade Social das Empresas

« A gente aprende a falar a linguagem do empresário sem se constranger, no sentido de você aprender aquilo que prá eles é valor e ir instituindo aquilo que prá gente é valor ». (Carolina Bocchi)

As relações entre as ONGs/Aids e o setor empresarial são ainda muito tímidas. Muitas vezes são dificultadas devido à imagem inicial da aids, associada à morte inevitável e/ou à práticas sexuais transgressoras. Não obstante, há vários exemplos de iniciativas empresariais

bem sucedidas. Algumas recebem apoio externo para o desenvolvimento de ações de prevenção, neste caso recorrem à expertise das ONGs. Outras, criam iniciativas próprias, gerando inclusive materiais e pesquisas sobre o público interno ou para os indivíduos com os quais possuem relações mais diretas, como os familiares dos empregados ou o público que atingem na área empresarial.

« A Global é uma empresa de navegação, a segunda maior da América Latina. Resolvemos fazer um trabalho de esclarecimento sobre a aids e as DST com os marítimos. Eu com a minha chefia, resolvemos fazer contatos com empresas ou com instituições que trabalhassem nesse sentido e chegamos ao Grupo Pela Vidda ». (Cleise Cosinha)

« Conseguimos agendar algumas coisas e fizemos palestras à bordo dos navios. Dois navios no porto do Rio e dois em Santos. Foi muito bom. Eles tinham dúvidas absurdas e como foram rapazes que fizeram as palestras, se sentiram super à vontade, mesmo eu estando presente. Fizeram perguntas até como 'se dançar forró pegava aids'. Umas dúvidas às vezes complicadas que só alguém com embasamento prá ajudar. » (Cleise Cosinha)

Duas empresas parceiras do Grupo Pela Vidda/RJ participaram do workshop: a Global Transporte Oceânico e a Telepar. A primeira vem desenvolvendo atividades internas de prevenção à aids com a colaboração do grupo. São palestras de sensibilização com informações atualizadas sobre a epidemia da aids, que contam com a apresentação e o depoimento de pessoas do Grupo Pela Vidda/RJ, além da distribuição de materiais informativos. O empenho da assistente social da empresa tem sido imprescindível. A repercussão tem sido boa e o comprometimento da direção fundamental para a continuidade do trabalho.

« O que a gente pretende fazer é dar continuidade a isso, de seis em seis meses ou de dez em dez meses voltar com o grupo aos navios prá dar continuidade à prevenção. Hoje o que a gente faz na Global é administrar os casos que temos, tanto de terra quanto de mar. Temos só dois casos marítimos, um continua embarcado trabalhando normalmente, e o que a Global dá de ajuda é o plano de saúde e toda a parte clínica e de assistência social. A gente tenta dar um apoio à família, correr atrás da Secretaria de Saúde prá conseguir medicação, prá conseguir camisinha prá levar aos navios nos portos ». (Cleise Cosinha)

A Telepar realiza dois treinamentos por ano, desde 1993, e conta atualmente com 160 multiplicadores, empregados que se comprometem voluntariamente com o trabalho de prevenção à aids. Acreditamos que a experiência bem sucedida na Telepar pode ser um incentivo à outras empresas.

« São as duas empresas [a Telepar e a Villares do Brasil] da América Latina que representam o Conselho e já estabelecemos um planejamento de trabalho para 99. A função principal desse Conselho é estimular os pares dos segmentos empresariais para que, mais do que sensibilizados, se comprometam no estabelecimento de políticas permanentes no seu âmbito. Por exemplo, no caso da Telepar, não é mais considerada a população da Telepar simplesmente os empregados e os familiares. Temos que estender todas as nossas ações à população onde a gente está inserida: os nossos fornecedores, os nossos parceiros de negócios, os nossos terceirizados, os nossos estagiários. O universo onde você está ». (Carolina Bocchi)

A empresa realizou uma pesquisa para traçar o diagnóstico atual do conhecimento, das atitudes e das práticas dos(as) empregados(as) com relação às DST/Aids, na vigência do Programa de Prevenção e Contrôlo das DST/Aids, implantado em 1989. Foram realizadas 694 entrevistas individuais com empregados de 16 cidades diferentes, que depois de sorteados colaboraram voluntariamente. Alguns se recusaram, por não quererem falar sobre sua vida íntima. O apoio total da Diretoria foi fundamental e a parceria com o NESCO – Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, vinculado às Universidades Estaduais locais, essencial.

No 1º de dezembro de 1998, a Telepar promoveu um show para a população local. Pela primeira vez, ampliou o alcance do trabalho desenvolvido para além do quadro de funcionários. As parcerias com outras empresas, com organizações, a colaboração dos artistas e a mobilização da população proporcionaram bons resultados e pouquíssimos gastos.

« A gente arrecadou várias toneladas de produtos entre as dez empresas, pois com isso nenhuma empresa se promoveria mais que a outra, todo mundo estaria ajudando. A idéia era comunitária, o gasto que a Telepar teve foi de 250 reais ». (Carolina Bocchi)

O fato de assumirem desenvolver ações sobre a aids no local de trabalho, além da contribuição social, permite aos empresários conciliarem seus interesses financeiros com suas convicções humanitárias. Os benefícios retornam para os empregados, para os empregadores e, principalmente, para as relações entre eles, o que favorece ainda a empresa.

« Um continua embarcado normalmente, o outro não. O outro tem que ficar em casa, até porque a esposa e o filho também estão contaminados. É uma situação muito diferente, temos que dar um apoio mais diferenciado. O pessoal de terra, são também só dois pacientes. Um trabalha, o outro não trabalha porque está num tratamento mais intensivo agora, mas o projeto da empresa é logo que ele esteja apto voltar à ativa normalmente ». (Cleise Cosinha)

« Que eles possam se ver como vulneráveis à epidemia, porque isso está muito distante. Terno e gravata não têm HIV. Coisas básicas que prá gente é de domínio,

mas para o empresário ainda não, ou porque ele nega ou porque ele realmente não quer ouvir ». (Carolina Bocchi)

## Cruzando caminhos

### Juri simulado

No final do dia, foi discutido um “caso fictício” por um juri simulado. O objetivo era evidenciar uma situação baseada em casos reais, entrecruzando a demanda pelos direitos das pessoas soropositivas, os impasses no local de trabalho e as assistências social e jurídica às quais os indivíduos têm acesso. Carolina Bocchi da Telepar desempenhou o papel da advogada do empregado demitido e Cláudio Nascimento do Grupo Arco-Iris, o do advogado do empregador. Os demais presentes constituíram o corpo de jurados, que foi conduzido pela Dr<sup>a</sup> Miriam Ventura.

### Caso simulado para o juri

João da Silva Ribeiro foi admitido no dia 03.05.93 pela papelaria Lápis de Cor, onde passou a trabalhar como balconista. Em julho de 1998, João começou a apresentar alguns problemas de saúde, momento em que o Sr. Paulo de Tarso, proprietário da citada papelaria, aconselhou-o a procurar um médico.

Feitos alguns exames, no dia 09.10.98, João tomou conhecimento do resultado de seu teste anti-HIV, o qual indicava-o como portador do vírus da aids. Surpreso e desorientado, João decide contar sua condição sorológica ao empregador e, por orientação do seu médico, inicia tratamento com o uso de anti-retrovirais.

Paulo é um pequeno empresário, que possui, além de João, somente mais um empregado na papelaria. Apesar de sensibilizado, informa ao empregado que não poderá ajudá-lo nos custos dos medicamentos que não forem fornecidos gratuitamente.

Devido aos exames e ao delicado estado de saúde, João passa a faltar várias vezes ao trabalho, porém todas estas faltas foram justificadas por atestado médico. Fora isso, João permanece realizando seu trabalho normalmente.

Ocorre que, no dia 10.01.99, Paulo rescinde o contrato de trabalho com João, alegando que suas inúmeras faltas estavam prejudicando o funcionamento da empresa, pois a mesma não apresenta estrutura para contratar um outro empregado. Paulo acrescenta, ainda, o fato de que no início do ano letivo o movimento da papelaria aumenta e ele precisa ter a certeza de que poderá contar com seus dois empregados.

João, então, procura um advogado e entra com uma reclamação trabalhista em face da papelaria Lápis de Cor. Ele requer a reintegração ao trabalho com o recebimento de todos os salários, desde a demissão injusta.

Obs. : João até o momento não foi afastado pelo INSS, porque suas faltas são eventuais e não

caracterizam um quadro de invalidez permanente para o afastamento do trabalho.

O caso apresentado é uma reclamação trabalhista. O juri não existe na prática, mas foi criado para estimular o debate. A Dr<sup>a</sup> Miriam Ventura leu o caso e concedeu 15 minutos para cada advogado, mais 5 minutos para a réplica e 5 para a tréplica. Depois do exposto, foi solicitada a intervenção dos jurados (o número de jurados deve ser ímpar). Ao final, a juíza contou os votos.

A defesa do empregado se baseou em três pontos :

- 1 – o direito ao trabalho ;
- 2 – o empregado teve uma atitude honesta, quando não tinha a obrigação de revelar sua condição sorológica ;
- 3 – a demissão do portador é sempre discriminatória ou nula por obstar o direito ao acesso ao Sistema Nacional de Seguridade Social.

A advogada requer o pagamento dos salários atrasados desde sua demissão, sua reintegração e uma indenização por danos morais.

« Argumenta o advogado do reclamante que houve aumento de faturamento, que não há risco de contaminação para o público ou outro funcionário, que o direito do trabalho é um direito inalienável e garantido pela Constituição Federal, bem como por acordos internacionais firmados com o Brasil. Que a legislação não permite que se diferencie o tamanho da empresa ou sua capacidade econômica ou financeira, portanto a despedida é injusta e pede a reintegração do seu assistido conclamando pela solidariedade da empresa no combate à discriminação e ao desemprego ». (Miriam Ventura)

A defesa do empregador levantou os seguintes argumentos:

- 1 - Como definir que a presença do funcionário contribuiu para garantir um bom faturamento da empresa ?
- 2 – Não está em questão a discriminação, porque não consta do processo que a vítima reclama de discriminação na empresa. O empresário atendeu-o com muito carinho e tentou dar assistência no que foi possível. Não consta nem do funcionário, nem de clientes, nem do dono da empresa que ele tenha sido discriminado, o que invalida este argumento ;
- 3 – O funcionário faltou por muitos dias, justificados pelo atestado médico. A empresa só tem dois funcionários e não tem estrutura para suportar a contratação de outro, sendo necessário um funcionário respondendo integralmente por suas funções.

Alegando que a questão se refere ao equilíbrio do fluxo de caixa, o advogado pede que se desconsidere a reclamação trabalhista.

« O advogado do empregador argumenta que falta nexos causal entre a alegação de faturamento da empresa e o desempenho do funcionário, que em nenhum momento ficou provado nos autos que o aumento do faturamento se deu em razão do desempenho do funcionário, inclusive a pesquisa apresentada foi anterior. Que não houve discriminação, houve apenas uma adequação de custo-benefício dentro da sua empresa. Que os períodos de afastamento do funcionário comprometem sua atividade diária sim, tanto é que em três meses um terço foi esgotado pelo funcionário afastado. Que há inconsistência na reclamação. Que há reclamações de atendimento e que a pequena empresa tem uma questão social maior, que é a sua própria manutenção. Por fim, apelando alega: por que vou penalizar também outro funcionário com esse aumento de despesa? » (Miriam Ventura)

Após as exposições a juíza apresentou a quesitação básica para os jurados. Para cada quesito, os jurados diziam « sim » ou « não », sem argumentar. Seguem os quesitos:

- 1 – Houve discriminação ?
- 2 – Os jurados consideram a demissão injusta ?
- 3 – Houve dano moral ?
- 4 – Os jurados consideram que constantes afastamentos, mesmo que curtos, inviabilizam o serviço da empresa ?
- 5 – O desempenho econômico-financeiro da empresa, deve ser considerado e pesado na demissão ou não de um funcionário ?

« . Consideraram em sua maioria que houve discriminação de 11 por 6 ;  
 . No quesito sobre o aumento de faturamento, a relação vida econômica da empresa-demissão ou não do empregado, os jurados, também por maioria, 11 por 6 afirmaram que não deve ser considerada a vida da empresa. Contrariando a sustentação do reclamante ;  
 . 13 dos jurados, maioria absoluta, considerou a demissão injusta e apenas 4 justa ;  
 . 10 jurados consideraram que não houve dano moral, porém 7 consideraram que houve dano moral, sem contudo especificar o dano porque não foi perguntado aos jurados ;  
 . você considera que inviabilizaria o serviço da empresa? Responderam, 10 jurados que « sim » e 7 que « não ».  
 Fica a sentença desse juízo bastante intrigante, porque contraditória as respostas dos quesitos. No momento que houve discriminação, e 11 votaram « sim », logicamente deveríamos ter um mesmo número de votos correspondentes ao dano moral e à demissão injusta, o que não ocorreu.  
 Quanto à demissão injusta, 13 consideraram que « sim », contudo quando perguntados diretamente sobre a discriminação também disseram que « não ». Portanto, se não houve discriminação a demissão não foi injusta ». (Miriam Ventura)

Um dos advogados poderia pedir a nulidade do juri pelo resultado contraditório dos quesitos. Para o andamento do exercício do grupo, cada jurado passou a justificar sua votação.

O resultado foi que João deveria ser reintegrado, mas sem receber danos morais.

« Temos que partir prá uma batalha de um projeto de lei que considera a pessoa que vale menos, na situação de trabalho. Qual a contribuição da empresa e qual a contribuição do Estado? Isso é importante, porque o Brasil é mantido por microempresas. As reclamações trabalhistas são, em grande parte, de pequenas empresas e não de grandes empresas. As argumentações dos empresários têm que ser consideradas sim, porque se não ele vai fechar a empresa mesmo. O INSS retransa na aposentadoria com razão, porque aquele funcionário não tem capacidade para o trabalho – alguns querem continuar no trabalho e não podem – e, por outro lado, inviabiliza o trabalho numa empresa pequena. É claro que não nessas dimensões, mas acontece ». (Miriam Ventura)

A idéia desse exercício em grupo, contando com a participação de pessoas que possuem inserções diversas, foi a de lançar como problema o compromisso coletivo, sem se perder de vista a defesa dos direitos individuais. O caso em questão levou os presentes a um impasse. Por um lado, era justo reivindicar a reintegração do funcionário, mas também era compreensível a defesa do empregador. O que chamou a atenção foi a ambigüidade nos argumentos dos jurados (ver box). É muito difícil argumentar quando houve a discriminação, o que nos remete à discussão jurídica, mas, sobretudo, política.

O exercício do juri permitiu a revisão de discursos próprios e alheios, a valorização dos interlocutores e a percepção da tensão entre direitos individuais e coletivos. Além disso, apontou lacunas nas informações dos ativistas, que devem ser consideradas cotidianamente, de acordo com o envolvimento pessoal, o tempo de ativismo e o período de inserção do indivíduo no grupo, para serem supridas.

« Como a gente pode construir um princípio do interesse específico do grupo que trabalha, respondendo e garantindo o equilíbrio do coletivo? O equilíbrio social? Isso é complicado. Como se garante uma legislação que possa estar respondendo a isso? Acho que foi importante prá repensar sobre que espaço a gente se coloca e como a gente se posiciona ». (Cláudio Nascimento)

## BOX

Algumas afirmações dos jurados:

« Quando a gente começa a ter essas pequenas nuances « não é porque ele é soropositivo, é porque ele está faltando », fica um pouco confuso o que é direito e o que é discriminação ».

« Reintegrado ao trabalho. Deve ser pensado que a produtividade dele foi alterada pelo HIV, mas não significa incapacidade para a realização da atividade ».

« Se ele deve ser reintegrado, sim. Se deve receber danos morais, é óbvio, a jurisprudência dominante na justiça do trabalho tem admitido dano moral nessa própria esfera ».

« Não creio que se justifique a reintegração, por ser uma microempresa onde 50% da mão-de-obra está comprometida e não há danos morais, porque não houve discriminação explícita do empregador ».

« Achei a demissão injusta por desconsiderar o direito da pessoa se ausentar por questões de saúde. Voto pela reintegração, mas também não considero que tenha havido danos morais ».

« Eu não aprovaria reintegração ao trabalho, mas acho que ele teria condições para recorrer ao auxílio doença fora da empresa e também não, danos morais ».

« Não acho que tenha havido discriminação de má fé relacionada ao HIV, mas acho que houve discriminação e por isso ele foi demitido, porque as necessidades especiais dele como cidadão que pode ficar doente como qualquer um de nós não foram respeitadas ».

« Acho que ele deve ser reintegrado ao trabalho e que houve discriminação. Indenização por danos morais, sim. Para a pessoa que é soropositiva é discriminação ser mandado embora por causa do HIV ».

« Na medida que o funcionário serviu à empresa em seu período de boa saúde, será mais ético se lhe for garantido amparo por parte da empresa e não apenas da seguridade social ».

« Reintegração sem pagamento por danos morais. Acho que não foi discriminado, mas considero a demissão injusta. »

« A favor da reintegração passiva, i.é., o funcionário voltar a receber seus salários, mas não trabalhar mais na loja porque ele se sentiu discriminado e sofre preconceito. Pela não reintegração e pela indenização por danos morais ».

« Acho que ele sofreu preconceito e foi obrigado a falar para sua família e seus amigos que foi demitido por causa da aids e talvez não quisesse falar sobre isso, então acho que ele sofreu danos morais ».

## Em síntese...

Gostaríamos de destacar a disponibilidade e a franqueza dos participantes e, mais uma vez, agradecer-lhes a presença. Apesar de muitas vezes considerarmos que oportunidades como esta não são novas, ressalte-se que são renovadas pela conjuntura e nas lideranças pessoais. Partilhamos algumas realizações, mas também iniciativas novas com grande potencial e, principalmente, reafirmamos a disposição de trabalharmos juntos e de incentivarmos as interlocuções e as parcerias.

A possibilidade de diversificarmos nossos interesses e nossa maneira de pensar, contribui nas chances que temos de criar. Por isto, as relações de parceria pressupõem o exercício da convivência na diversidade e ainda que difíceis, certamente rendem frutos.

«Temos que começar a pensar em projetos conjuntos, em programas de sustentabilidade conjuntos das ONGs. A gente vai ter que parar de pensar um pouco nas urgências e de estar realizando só as atividades inerentes aos nossos perfis específicos, e tentar pensar na sustentabilidade do movimento de aids. A gente tem que começar a pensar em administração conjunta de recursos, em determinados momentos. Acho que isso tem que ser prá já, porque se não a gente vai perder o fio da meada e vai estar começando a fechar portas mesmo ». (Monica Barbosa)